	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

Sumário

1.	OBJETIVO	3
2.	ESCOPO	3
3.	RESPONSABILIDADES	3
4.	APLICAÇÃO	4
5.	REFERÊNCIAS.....	4
6.	SIGLAS E DEFINIÇÕES.....	5
7.	POLÍTICA	5
7.1.	Diretrizes para liberação de pagamentos, limites de alçada e contabilidade	6
7.2.	Responsabilidade dos aprovadores.....	7
7.3.	Controles internos	8
7.4.	Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações	9
7.5.	Treinamentos	10
7.6.	Disposições finais	10
8.	ANEXO	10

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

1. OBJETIVO

O objetivo desta Política é estabelecer os princípios, as diretrizes e as responsabilidades a serem observadas para o funcionamento e fortalecimento dos sistemas de controles internos e de contabilidade do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás - IBP.

Violações a esta Política serão devidamente apuradas pela Gerência Jurídica e estarão sujeitas à aplicação de penalidades.

2. ESCOPO


O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) adota uma política de TOLERÂNCIA ZERO com relação à corrupção, em qualquer de suas formas e está comprometido com o combate à corrupção e com a promoção de um ambiente de negócios éticos, transparentes e pautados na legalidade.

Organizações que não têm controles internos eficientes podem vir a enfrentar riscos de malversação de ativos, conflitos de interesse ou negociatas com partes relacionadas, fraude, suborno, apropriação indébita, acobertamento de condutas ilícitas e irregularidades, corrupção na esfera privada, pagamento de propina, entre outros.

Assim, é obrigação de todos os colaboradores auxiliar na manutenção do processo de controles internos e de contabilidade do IBP.

3. RESPONSABILIDADES

- **Associados:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Colaboradores:** (I) Seguir as diretrizes aqui descritas.
- **Comitê de Ética:** (I) Fiscalizar o cumprimento desta Política; (II) Aplicar sanções, quando cabíveis.
- **Gerência de Recursos Humanos:** (I) Prestar apoio à Gerência Jurídica na divulgação desta Política.

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

- **Gerência Jurídica:** (I) Manter esta Política atualizada; (II) Divulgar esta Política com o apoio da Gerência de Recursos Humanos.
- **Terceiros:** (I) Todos os Terceiros não pertencentes ao Instituto que atuem (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto devem seguir as diretrizes aqui descritas.

4. APLICAÇÃO

Esta Política é aplicável a todas as instituições parceiras e associadas, bem como a todos os Colaboradores do IBP, independentemente do nível hierárquico, funções e cargos exercidos, da Associada que representam, se for o caso, bem como da localidade em que se encontram.

Adicionalmente, as diretrizes desta Política também são aplicáveis a Terceiros que se relacionam com o IBP. Para fins desta política, são considerados terceiros todas as pessoas, físicas ou jurídicas, não pertencentes ao IBP, mas que atuam, direta ou indiretamente, em favor deste, incluindo, mas não se limitando, os prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, entre outros.

Caso um Colaborador ou Terceiro se depare com alguma situação que o coloque em dúvida relacionada ao conteúdo desta Política de Controles Internos e Contábeis, deverá consultar o seu Gestor ou a Gerência Jurídica e de Compliance.

5. REFERÊNCIAS

- PO-CT-01 - Política de Solicitação de Contas a Pagar
- PO-CT-03 - Política de Alçada de Aprovação
- PR-JD-04 - Código de Ética do IBP

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

6. SIGLAS E DEFINIÇÕES

- **CFC:** Conselho Federal de Contabilidade;
- **Colaboradores:** todo e qualquer funcionário de nossa organização, de empresa contratada ou membros de Comissões e/ou Comitês - grupos componentes do IBP, compostos por representantes os Associados, Diretoria e Conselho de Administração;
- **CPC:** Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- **IBP:** Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás;
- **Riscos:** Possibilidade de evento que afeta negativamente a realização dos objetivos do IBP;
- **Sistema de Controles Internos:** Conjunto de políticas, normas, procedimentos e atividades estabelecidas no IBP, com o propósito de reduzir a possibilidade de sofrer perdas financeiras, desgaste da imagem institucional, incrementar a qualidade das informações contábeis, financeiras e gerenciais, bem como salvaguardar a conformidade com a legislação em vigor;
- **Terceiros:** toda e qualquer pessoa física ou jurídica não pertencente ao Instituto que atue (direta ou indiretamente, de qualquer forma), em nome ou em benefício do Instituto, incluindo, mas não se limitando a prestadores de serviço, consultores, representantes, procuradores, fornecedores, despachantes, parceiros de negócio, agentes, advogados, entre outros.


7. POLÍTICA

Regra Geral

A tomada de decisão que envolva recursos orçamentários e financeiros deverá ser aprovada em observância aos limites estipulados nesta Política para assegurar que as despesas aprovadas contribuirão para que o Instituto execute e atinja seus objetivos.

É dever dos Colaboradores do Instituto:

- Manter os registros precisos, íntegros e de fácil análise para todo e qualquer gasto ou receita, independente de valor ou finalidade.
- Em hipótese alguma alterar ou ocultar dados contábeis, fornecer ou registrar nos livros informações falsas ou erradas.


	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

- Realizar despesas com autorização prévia, mediante comprovante adequado, relatórios e controles exatos.
- Proteger e guardar todos os documentos pelo prazo definido por lei.
- Recusar e não fornecer documentos falsos ou incompletos.
- Não transferir ou ceder ativos do IBP a terceiros sem autorização prévia.
- Assegurar a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis emitidos por órgãos supervisores nacionais, visando a transparência e aderência às políticas, normas e procedimentos internos estabelecidos;
- Implementar procedimentos específicos para identificação e monitoramento de fraudes e corrupção, além de disponibilizar programas de treinamentos e orientações sobre conduta e
- comunicação de suspeitas de violação ou irregularidades, auditoria interna e avaliação periódica da exposição aos riscos de fraude e corrupção.

7.1. Diretrizes para liberação de pagamentos, limites de alçada e contabilidade

O cadastro de fornecedores para liberação de pagamentos, limites de alçadas e contabilidade são processos que devem seguir os procedimentos sob a responsabilidade da Controladoria. Esses procedimentos, dentre outros objetivos, visam assegurar que:

- Despesas sejam realizadas dentro dos parâmetros de integridade previstos no Procedimento **PR-JD-04 - Código de Ética do IBP** e de acordo com a Política **PO-CT-03 - Política de Alçada de Aprovação**;
- O uso dos ativos, a assunção de obrigações e a aprovação de contratos, despesas, negócios e pagamentos sejam efetuados apenas por pessoas que disponham da devida alçada e/ou autorização;
- Despesas sejam lançadas nos registros contábeis com detalhe suficiente para a elaboração de balanços e relatórios, observando as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com os padrões, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e
- Os registros contábeis sejam periodicamente verificados e que eventuais discrepâncias sejam apuradas.

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

7.2. Responsabilidade dos aprovadores

Os Aprovadores são responsáveis por garantir que, no processo de pagamento, a documentação de suporte seja anexada, bem como assegurar que não haja inconsistências entre o pedido de pagamento e sua respectiva documentação de suporte, conforme as regras previstas na Política PO-CT-01 - Política de Solicitações Contas a Pagar.


Não é obrigação dos Aprovadores identificar, a toda prova, inconsistências ou irregularidades nos processos de pagamento. Deixar de identificar esse tipo de situação não é, em princípio, um desrespeito à presente política. O que constitui uma violação é deixar de fazer verificações intencionalmente, ou fazê-las sem o cuidado e diligência razoáveis que são esperados de um colaborador do IBP.

A documentação de suporte deverá conter, quando aplicável:

- Contratos e aditivos;
- Ordem de compra;
- Aceite do serviço ou bem;
- Inclusão do fornecedor no Cadastro de Fornecedores;
- Aprovações internas.

É responsabilidade dos Aprovadores, antes de aprovar qualquer contratação, pagamento, reembolso, aceitação de serviços ou produtos, verificar se:

- O fornecedor foi contratado de acordo com as normas internas do IBP;
- O produto foi efetivamente entregue ou o serviço efetuado, com o respectivo aceite;
- Os preços, tanto unitário quanto global, estão condizentes com os valores previstos em contrato;
- As datas dos documentos de suporte seguem ordem cronológica, sem indícios de retroatividades ou outras incompatibilidades;
- Não há indícios de fracionamento de uma operação de maior valor, com o intuito de burlar regras de alçada;
- O tipo de serviço ou produto adquirido foi descrito corretamente;

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

- O pagamento corre dentro dos sistemas e fluxos usuais estabelecidos; e
- As autorizações para o pagamento estão dentro dos limites de alçadas.

O não cumprimento das obrigações acima constitui violação sujeita à aplicação de medidas disciplinares e eventuais responsabilidades na forma da Lei.

Excesso de trabalho, sazonalidade de demandas, demandas extraordinárias, deficiência ou insuficiência de ferramentas de produtividade e críticas ou reservas quanto aos sistemas de informática do IBP não isentam o Aprovador das suas responsabilidades de cumprir com o disposto na presente política.

É de responsabilidade da Controladoria realizar auditoria externa contábil e financeira anual e apresentar o relatório final com as sugestões de melhorias para a Diretoria Executiva do IBP.

7.3. Controles internos


Controles Internos são um processo, baseado no risco, com o objetivo de assegurar, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos de:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações; e
- Conformidade com a Lei, regulamentos e normas internas.

O gerenciamento do ambiente de Controles Internos tem como premissa que o não cumprimento das regras do IBP deve ser prontamente identificado e remediado.

Os procedimentos internos relacionados à disposição de ativos, deverão contar com:

- Definição de responsabilidades claras e específicas para cada colaborador envolvido nos processos de contratação e aprovações de pagamentos;
- Segregação dos cargos / funções de forma a prevenir fraudes e situações de conflitos de interesse; e
- Meios de identificar e avaliar fatores internos e externos que possam criar riscos para a integridade do IBP.

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

O cumprimento dos procedimentos internos deverá ser auditado periodicamente por auditoria externa. A partir do relatório de auditoria anual, deverá ser elaborado um plano de ação para a melhoria contínua das normas e procedimentos de controles internos, assegurando, assim, que as lacunas e inconsistências identificadas sejam prontamente corrigidas.

Os Aprovadores deverão ser treinados, ao menos uma vez ao ano, sobre os procedimentos internos relacionados à disposição de ativos, integridade e prevenção à fraude e à corrupção.

7.4. Dúvidas e reporte de suspeitas ou potenciais violações


A implementação e gestão do Programa de *Compliance* do Instituto, do Código de Ética do IBP e das demais políticas e procedimentos são de responsabilidade da Gerência Jurídica.

Ainda que solicitado por um superior hierárquico, o Colaborador ou Terceiro não deve praticar nenhuma conduta em desacordo com as regras previstas nesta Política.

Em caso de dúvida sobre o conteúdo desta política ou no caso de suspeita de violação, consulte seu Gestor e a Gerência Jurídica.

Em caso de suspeita de violação à presente política, registre sua suspeita por meio do *site*: <https://canaldeeticaibp.legaletica.com.br/>, *e-mail*: canaldeeticaibp@legaletica.com.br, Telefone: 0800 400 3333 ou WhatsApp: (11) 95271-1924, podendo optar pelo anonimato, ou comunique ao seu Gestor ou à Gerência Jurídica.

Todas as situações ou reclamações reportadas serão tratadas com sigilo. O Instituto garante que não será tolerada qualquer forma de retaliação contra quem, de boa-fé, fizer qualquer reporte ou levantar suspeitas de violações.

	Código: PO-JD-05	Data de Elaboração: 01/06/2022	Elaborado por: Jurídico
	Nº da Revisão: 01	Data da Última Revisão: 28/11/2024	Verificado por: Planejamento e Qualidade
	Área: Jurídico e Compliance		Aprovado por: Diretoria Executiva
	Título: POLÍTICA DE CONTROLES INTERNOS E CONTÁBEIS		

7.5. Treinamentos

O Instituto realizará, periodicamente, treinamentos continuados destinados aos seus colaboradores, com o intuito de conscientizá-los sobre as diretrizes desta Política, de forma a disseminar e perpetuar os princípios e valores éticos adotados pelo Instituto.

7.6. Disposições finais

Esta política entra em vigor na data da sua aprovação pela Diretoria Executiva. Qualquer alteração ou revisão desta política estará sujeita à aprovação da Diretoria Executiva do IBP.

8. ANEXO

NA